

## **Anexo II – Escritura de Emissão de Debêntures**



JUCESP PROTOCOLO  
957784/05-3

COLEGIADA



**ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA AOS DEMAIS CREDORES DA EMISSORA, DA  
UNIBANCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

**UNIBANCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 433, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 44.071.785/0001-69 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 1.500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada aos Demais Credores da Emissora da Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil", doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



[illegible]

**2.1 A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:**

**2.1.1.1** A ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures ("Emissão") foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 315.201/05-8, em 23 de novembro de 2005, e publicada em 25 de novembro de 2005 e 26 de novembro de 2005, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Cidade de Barueri", de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.2.1 A presente Escritura será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01.



2

4 11

1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

#### 2.1.4 Registro em Sistema de Liquidação e Custódia

### 2.15 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil.

### 2.1.6 Arquivamento de Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM



2.1.6.1 A presente Emissão é a 2ª emissão realizada no âmbito do primeiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações e/ou notas promissórias da Emissora, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de fevereiro de 2005, e arquivado na CVM em 24 de março de 2005, sob o nº CVM/SER/PRO/2005/002, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), nos termos da Instrução nº 400/03, da CVM.

### **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem como objeto, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

#### **3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3 Montante da Emissão**

3.3.1 O montante da Emissão é de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões) de reais, em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.4 abaixo.

#### **3.4 Distribuição Parcial**

3.4.1 A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

#### **3.5 Destinação dos Recursos**



ANEXO  
II  
DEBÊNTURES

3.5.1 Tendo como horizonte o período da emissão, no contexto do plano estratégico da Emissora, os recursos captados através da presente Emissão serão destinados a realização de novas operações de arrendamento mercantil.

### 3.6 Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores.

3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto e do suplemento definitivos para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

### 3.7 Negociação

3.7.1 As Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

### 3.8 Banco Mandatário

3.8.1 O Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”) será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND.





3.11.5 Na hipótese de o debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.11.6 Na hipótese do item 3.11.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1 Características Básicas**

###### **4.1.1 Valor Total da Emissão**

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto no item 3.4 acima.

###### **4.1.2 Valor Nominal Unitário**

4.1.2.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais).

###### **4.1.3 Número de Séries**

4.1.3.1 A Emissão será em série única.



Q 1	Q 2	Q 3	Q 4	Q 5	Q 6	Q 7	Q 8	Q 9	Q 10	Q 11	Q 12	Q 13	Q 14	Q 15	Q 16	Q 17	Q 18	Q 19	Q 20	Q 21	Q 22	Q 23	Q 24	Q 25	Q 26	Q 27	Q 28	Q 29	Q 30	Q 31	Q 32	Q 33	Q 34	Q 35	Q 36	Q 37	Q 38	Q 39	Q 40	Q 41	Q 42	Q 43	Q 44	Q 45	Q 46	Q 47	Q 48	Q 49	Q 50	Q 51	Q 52	Q 53	Q 54	Q 55	Q 56	Q 57	Q 58	Q 59	Q 60	Q 61	Q 62	Q 63	Q 64	Q 65	Q 66	Q 67	Q 68	Q 69	Q 70	Q 71	Q 72	Q 73	Q 74	Q 75	Q 76	Q 77	Q 78	Q 79	Q 80	Q 81	Q 82	Q 83	Q 84	Q 85	Q 86	Q 87	Q 88	Q 89	Q 90	Q 91	Q 92	Q 93	Q 94	Q 95	Q 96	Q 97	Q 98	Q 99	Q 100
Q 1	Q 2	Q 3	Q 4	Q 5	Q 6	Q 7	Q 8	Q 9	Q 10	Q 11	Q 12	Q 13	Q 14	Q 15	Q 16	Q 17	Q 18	Q 19	Q 20	Q 21	Q 22	Q 23	Q 24	Q 25	Q 26	Q 27	Q 28	Q 29	Q 30	Q 31	Q 32	Q 33	Q 34	Q 35	Q 36	Q 37	Q 38	Q 39	Q 40	Q 41	Q 42	Q 43	Q 44	Q 45	Q 46	Q 47	Q 48	Q 49	Q 50	Q 51	Q 52	Q 53	Q 54	Q 55	Q 56	Q 57	Q 58	Q 59	Q 60	Q 61	Q 62	Q 63	Q 64	Q 65	Q 66	Q 67	Q 68	Q 69	Q 70	Q 71	Q 72	Q 73	Q 74	Q 75	Q 76	Q 77	Q 78	Q 79	Q 80	Q 81	Q 82	Q 83	Q 84	Q 85	Q 86	Q 87	Q 88	Q 89	Q 90	Q 91	Q 92	Q 93	Q 94	Q 95	Q 96	Q 97	Q 98	Q 99	Q 100

**4.1.4.2** Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, e da ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2005, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (“Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais, nos termos do item 4.5.3 abaixo.

**4.1.4.3.1** Na hipótese do item anterior, a Instituição Intermediária Líder da Emissão deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da presente Emissão pela CVM.



**4.1.5.1** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de novembro de 2005 ("Data de Emissão").



CONSTITUIÇÃO  
REPUBLICANA  
DE 15 de Novembro de 1976

#### 4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2020 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

#### 4.1.7 *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3 Adicionalmente, será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND.

#### 4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### 4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 53 da Lei nº 6.404/76.



## 4.2 Atualização do Valor Nominal

4.2.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

## 4.3 Remuneração

### 4.3.1 Juros Remuneratórios

4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, , incidente sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").

4.3.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura.

4.3.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento das Debêntures.

"VNe" corresponde ao valor nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.



"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 100.

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

"k" = 1, 2, ..., n

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.1.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:



- i) o fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.1.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas.



4.3.1.8 A Emissora se obriga a resgatar as Debêntures de titularidade dos debenturistas dissidentes, mediante solicitação destes, pelo saldo do valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até o dia do efetivo resgate das Debêntures, devendo o debenturista manifestar sua intenção por escrito ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas de que trata o item anterior. As Debêntures deverão ser resgatadas no prazo de até 10 (dez) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas.

4.3.1.9 A Taxa DI que deverá ser utilizada para o resgate das Debêntures será a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

#### 4.4 Repactuação

4.4.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.5 Subscrição

##### 4.5.1 Prazo de Subscrição

4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

##### 4.5.2 Preço de Subscrição

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

##### 4.5.3 Integralização



[illegible]

**4.6.1 Não haverá amortização programada para as Debêntures.**

#### 4.7.1 Local de Pagamento

#### 4.7.2 Prorrogação dos Prazos

#### 4.7.3 Encargos Moratórios



4.7.3.1 Observado o item 5.2.4 abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.7.4 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.7.4.1 O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto e respectivo suplemento desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, inclusive no comunicado previsto no item 3.4.3 acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.8 *Comunicações*

##### 4.8.1 *Publicação na Imprensa*

4.8.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal Cidade de Barueri, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e no jornal Valor Econômico; observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

##### 4.8.2 *Comunicações*

4.8.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



i) Para a Emissora:

**Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**

Alameda Rio Negro, nº 433, 6º andar

Barueri - SP

CEP: 06454-904

At.: Osias Santana de Brito

Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (11) 3097-1712

Fax: (11) 3097- 1378

E-mail: [osias.brito@uibanco.com.br](mailto:osias.brito@uibanco.com.br)

ii) Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust DTVM S/A**

Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro

CEP: 22.640-100

At.: Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746/4901

E-mail: [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

iii) para a Instituição Mandatária, Depositária e Escrituradora das Debêntures:

**Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.**

Av. Eusébio Matoso, nº 891, 19º andar

São Paulo - SP

CEP: 05423-901

Sr. Glenn Mallett



Telephone: (11) 3097-1213

Fax: (11) 3097-4823

e-mail: [glenn.mallett@unibanco.com.br](mailto:glenn.mallett@unibanco.com.br)

iv) para a CETIP:

**CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação**

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

São Paulo - SP

CEP 01009-000

Telefone: (11) 3111-1411

Fax: (11) 3115-1664}

4.8.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.



[illegible]

## 5. DO RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 Resgate Antecipado

**5.1.1 Não haverá resgate antecipado das Debêntures.**

## 5.2 Vencimiento Antecipado

5.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar imediatamente assembléia geral de debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) intervenção ou liquidação da Emissora;
- ii) decretação de falência da Emissora;
- iii) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, desde que não sanado em 15 (quinze) dias da sua ocorrência; e
- iv) praticar quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura.



5.2.2 Uma vez declaradas vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para a CVM, CETIP e à Instituição Depositária comunicando o fato.

5.2.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.2.2 acima.

5.2.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item 5.2.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao valor nominal das Debêntures os encargos moratórios previstos no item 4.7.3 acima, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
  - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como Declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento integral das obrigações dispostas na nesta Escritura;



- c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
- d) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- e) notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
- g) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
- i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- j) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência;



-

- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- xii) submeter, anualmente e até o vencimento das Debêntures, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário e a ANBID cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento, e dando ampla divulgação de tal avaliação no mercado; e
- xiii) não realizar qualquer operação envolvendo a cisão, fusão, incorporação, transformação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária com relação à Emissora, exceto na hipótese da incorporação da Emissora pela Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, desde que: (a) nenhum evento de vencimento antecipado previsto no item 5.2 acima esteja em curso; (b) a Emissora tenha obtido todas as autorizações necessárias à efetiva implementação da operação; (c) o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. permaneça como controlador direto ou indireto da Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil; e (d) o patrimônio líquido da Dibens Leasing S.A., após a incorporação, não seja inferior ao patrimônio líquido da Emissora, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora encaminhadas à CVM anteriormente à incorporação.

6.2 Na hipótese da ocorrência da incorporação prevista no item 6.1 (xiii) acima, os titulares das Debêntures expressamente renunciam ao direito previsto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, não havendo qualquer direito ao resgate antecipado das Debêntures.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.



7.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.





- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;



- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



xiii) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- c) na CVM; e
- d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;

xiv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que esta deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;

xv) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

xvii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- a) à CVM;
- b) à CETIP; e



c) ao Banco Central do Brasil;

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- iv) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- a) Parcelas trimestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), devida a primeira quando da assinatura da escritura de emissão das debêntures e as demais a cada 90 (noventa) dias;



- 7.7.4** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto,

como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei nº 6.404/76 sobre assembléia de acionistas.

8.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.



[illegible]

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

### 10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;



- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, executível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e definitivo e respectivos suplementos relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto e respectivos suplementos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto e/ou do suplemento seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto e/ou no suplemento são verdadeiros;



- xii) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xiii) as demonstrações financeiras da Emissora de 30 de junho de 2005 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiv) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



11.1

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Barueri, 24 de novembro de 2005

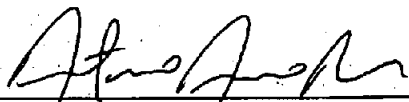
  
UNIBANCO LEASING S.A.  
ARRENDAMENTO MERCANTIL

Por: **ROBERTO LAMY**  
Cargo: **Diretor Executivo**

  
UNIBANCO LEASING S.A.  
ARRENDAMENTO MERCANTIL

Por: **JOSÉ LUCAS FERREIRA DE MELO**  
Cargo: **Diretor Executivo**





OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Por: **Antonio Amaro R. de O. e Silva**  
Cargo: **Advogado**

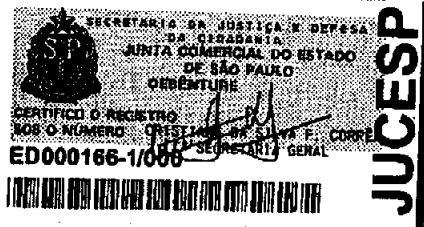
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Por:   
Cargo:

Testemunhas:

1. **Rouvenko Renato Martins**  
Nome: **Amanda Renato Martins**  
RG.: **28.300.257-5**

2. **OLIVIA MARIA DE FIGUEIREDO**  
Nome: **Ofigueiredo**  
RG: **29.438.353-0**



Esta folha faz parte integrante da 7ª emissão pública de debêntures da Unibanco Leasing S.A.  
Arrendamento Mercantil de 24.11.2005.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)